

Tinta vermelha entrevista Vitor Sartori: sobre a Comuna de Paris e a questão da especificidade nacional no pensamento de Karl Marx

Tinta Vermelha interviews Vitor Sartori: On Paris Comune and the Matter of National Specificity in Karl Marx's Thought

Tinta vermelha entrevista Vitor Sartori: sobre la cuestión de la Comuna de Paris y de la especificidad nacional no pensamiento de Karl Marx

ENTREVISTADO: Vitor Sartori¹

ENTREVISTADORES: Ana Carolina Marra de Andrade², Gabriel Andrade Perdigão³, Gabriel Müller de Jesus Pinheiro Machado⁴, Lucas de Oliveira Maciel⁵, Júlio César Villela da Motta Filho⁶, Rodrigo Matarelli Pereira Righi Marco⁷

Tinta vermelha: Professor, o senhor poderia falar sobre a importância da Comuna de Paris para o pensamento de Karl Marx?

Vitor Sartori: Primeiramente, gostaria de trazer um alerta: de certo modo, a Comuna serviu como “o” modelo para “a” ditadura do proletariado. Acredito que colocar a questão assim seja equivocado, pois um acontecimento histórico nunca pode ser resumido à ilustração ou à incorporação de um conceito. É verdade que mesmo Engels disse que ali estava a ditadura do proletariado, que Lênin tomou os acontecimentos de 1871 como referência principal de *Estado e revolução*. Com isto, passa longe de mim retirar a importância deste grande acontecimento para o

¹ Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Mestre em História social pela PUC SP e doutor em teoria e filosofia do Direito pela USP. E-mail: vitorbsartori@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9570-9968>.

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: anamarra7@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8477-8578>.

³ Professor, Doutorando em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gaperdigao@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4725-3040>

⁴ Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas e mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: muller_machado@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2588-591X>.

⁵ Graduando em Filosofia, bacharel e mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: lucas.maciel@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7610-6739>.

⁶ Graduando em direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Currículo na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3221995324034812>. E-mail: juliomotta1995@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1762-2186>.

⁷ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: rodrigomatarelli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3722-2443>.

desenvolvimento para aquilo que há de melhor no marxismo, e que tem por central um tema clássico do século XX, aquele do fenecimento do Estado. Porém, há especificidades grandes que precisam ser destacadas. Para começar, a forma comunal é muito ligada ao modo francês, e mesmo parisiense, de lidar com a organização popular a partir de certa memória sobre o passado. Precisamos trazer à tona também o fato de que aquilo que se passa em março de 1871 tem atrás de si o II Império de Luís Bonaparte, com uma gênese e uma configuração *sui generis* até certo ponto. A Comuna, nos diz o autor da *Guerra civil na França*, é a forma racional então encontrada de levar à frente a luta de classes nas condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas que estão explícitas com este desenho das coisas.

E, portanto, o primeiro ponto que gostaria de trazer aqui é não ser possível deixar de explicitar a diferença específica que marca a Comuna de Paris, e que faz com que Marx possa entendê-la ao seu modo e, acredito, em seu ser-propriadamente-assim.

Isto mencionado, creio que se faz necessário não elevar a Comuna a qualquer status, por assim dizer, mitológico. Em minha opinião, os mitos possuem muito pouca serventia à real subversão das condições de vida. A transformação substantiva da sociedade precisa da apreensão reta das determinações desta, mesmo que isto não traga, de imediato, as maiores esperanças. Aliás, sobre este ponto, uma digressão: talvez possamos compartilhar a posição de Lukács – que dialoga com Spinoza aqui – segundo a qual a esperança, de certo modo, pode ser a outra face do medo. Devemos, pois, lembrar da Comuna, celebrá-la. Porém, se isto é feito de modo a transformar tal data em uma espécie de simulacro de acontecimento, estamos tentando, de modo mais ou menos consciente, resolver as contradições reais da vida no plano da imaginação, ou da rememoração.

Afastamo-nos, assim, muito da perspectiva de Marx. E sobre este tema, podemos dizer que há um aspecto bastante dúplice: primeiro, porque, hoje, a meu ver, o início da Revolução Russa, bem como a Comuna de Paris, muitas vezes mostram-se como duas datas marcantes ao passo que se esquece vários momentos da história em que a organização da classe trabalhadora obteve vitórias contra o capital noutros lugares. Com isto, parece haver certa equação entre revolução socialista e “a ditadura do proletariado”, que apareceria nestes dois casos. E talvez seja preciso que percebamos que a análise marxiana da Comuna é, essencialmente, uma análise da realidade, e não de um conceito. Isto parece ser um truísmo, e até certo ponto é. Mas isto precisa ser destacado por nós.

Porém, levanto tal ponto porque a importância do acontecimento que hoje estamos debatendo a partir do pensamento de Marx liga-se certamente ao fato de que houve uma vitória

temporária da classe trabalhadora, de que se teve a supressão do exército permanente e da burocracia – o que figura como central em revoluções socialistas, em oposição às revoluções burguesas. Marx trata da necessidade de supressão do Estado, que denomina como um pesadelo sufocante. Para explicitar isso, devemos esclarecer que os escritos sobre *A guerra civil na França* são o ápice das análises já realizadas em *Lutas de classe na França* bem como em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Ou seja, precisamos localizar os textos marxianos sobre a Comuna de Paris em meio ao estudo que Marx realiza da história francesa, bem como da correlação desta história com a história mundial.

Tinta Vermelha: A Comuna de Paris seria, portanto, um acontecimento que passa pela história francesa principalmente? Isto não seria reduzir a importância deste acontecimento, que se coloca, como disse, em correlação com a história mundial?

Vitor Sartori: É preciso que tenhamos cuidado. Ao menos desde 1848, não se tem mais uma revolução francesa, uma inglesa, uma alemã etc. Há revoluções do tipo europeu, como diz Marx na *Nova Gazeta Renana*. Neste sentido específico, nunca se tem uma história francesa separada, e fora da história mundial. Aliás, um dos aspectos importantes da teoria marxiana é que, com o capitalismo, estamos em meio à história mundial. Nela as individualidades universalmente desenvolvidas ligam-se com as potências genéricas trazidas pelo desenvolvimento das forças produtivas de modo necessário, e não mais acidental. Ou seja, tratar da *Comuna de Paris* implica em reconhecer este nexos com o desenvolvimento humano genérico, com a colocação das forças produtivas globalmente.

Ao mesmo tempo, há especificidades da França, que se colocam de modo bastante particular frente a outros países, como a Alemanha, a Inglaterra, a Rússia e outros. Só para que remetamos a um exemplo, podemos destacar peculiaridades importantíssimas nos camponeses de cada país. E a apreensão marxiana da história francesa traz o camponês em um papel muito importante; na França, ele é, sobretudo, um pequeno proprietário, ao mesmo tempo em que, como ocorre na dinâmica do modo de produção capitalista, sofre com a subordinação, bem como com a oposição, do campo à cidade. Há diversos aspectos a serem trazidos à tona sobre a questão, inclusive, o fato de a base de apoio de Luís Bonaparte estar nos camponeses e no lumpemproletariado franceses. Porém, gostaria de apontar somente que a revolução do tipo europeu que conforma o campo inglês dá uma tonalidade diferente ao campo, com um papel maior da grande propriedade rural se comparado ao caso francês. Na Inglaterra, temos o modo típico de

conformação das relações de produção agrárias da sociedade capitalista, como diz Marx em *O capital*. Ali podemos ver as leis imanentes do modo de produção capitalista operando de maneira exemplar. Porém, em formações sociais singulares diferentes da inglesa, como a francesa, a coisa sempre se coloca de modo distinto e particular, trazendo a especificidade do desenvolvimento histórico daquele país. Percebamos: ao mesmo tempo em que ele só é compreensível em meio à história mundial, ele tem algo como uma formação e uma entificação próprias. O campesinato francês, em seu isolamento relativo, é uma classe que faz com que – ao contrário do que se dá nos países em que a produção do campo já está sob uma forma capitalista em que a ciência (em especial a agronomia) coloca-se como uma força produtiva essencial ao desenvolvimento agrário – tal classe apareça marcada pelo que Marx chama de idiotia rural, e como indivíduos ligados como batatas em um saco. Notemos, portanto: o juízo bastante negativo de Marx sobre os camponeses em *O 18 brumário de Luís Bonaparte* não pode ser universalizado... noutros locais, como na própria Inglaterra, tende a haver a colocação das contradições sociais do campo ao modo da cidade. E, assim, na Inglaterra, ao se ter em conta a divisão do trabalho, ela já se torna uma forma pela qual o trabalhador coletivo se expressa, de modo que o atomismo e a idiotia rurais não prevalecem ou dão a tônica da produção no campo.

Para que remetamos também ao caso Russo, a coisa está posta de modo muito distinto: há camponeses que, em uma organização comunal – a comuna agrária – trazem uma forma coletiva de organização da produção, conformam uma força produtiva baseada na cooperação. E, assim, apropriam-se da produção de modo coletivo. Notem: o campo, neste sentido, não traz somente o isolamento (por mais que o princípio da propriedade privada, bem como o despotismo oriental sejam tendências também). Como diz Marx em suas cartas à Vera Zaslitch, seria possível, inclusive, regenerar a comuna agrária para que, a partir dela, fosse possível se trazer uma outra forma de apropriação e de produção coletiva, a socialista. Haveria a possibilidade de se mudar de pele sem se suicidar. O campo russo, portanto, seria um ponto de partida possível para o próprio socialismo.

Notamos, portanto, que há diferenças substantivas entre os países que mencionamos no que diz respeito ao nosso exemplo, o campesinato. Para abordar nosso tema, no entanto, ainda é preciso abordar a Prússia. No caso alemão (ou prussiano, e quiserem), o campesinato estaria ainda sob o jugo do localismo político, da força da aristocracia junker, de modo que o desenvolvimento burguês não necessariamente romperia com as condições feudais ainda presentes na Alemanha. A

unificação alemã, inclusive, dá-se da aliança da aristocracia – bem como do estamento militar e de parte do clero – com a burguesia. A produção burguesa, portanto, não trouxe democracia política, mas a autocracia e aquilo que Engels chamou do bonapartismo de Bismark. Menciono tudo isto porque a Comuna de Paris tinha à sua porta tanto o Tzarismo, baluarte da reação segundo Marx, quanto uma condição econômica ligada à inferioridade da produção francesa em relação à inglesa e, por fim – somente para que fiquemos nos países que mencionamos – a guerra franco-prussiana. Teríamos que passar pela relação destes três países entre si, e no mercado mundial, para que o processo que culmina na Comuna possa ser explicado. Neste sentido específico, eu diria que há algo que une estes países, e que se explicita no desenvolvimento contraditório do sistema capitalista de produção, mas, ao mesmo tempo, este desenvolvimento é desigual. Implica na correlação entre formas e figuras econômicas que se colocam de modo distinto em cada formação social em razão da composição social *sui generis* de cada país (Marx aborda isso em seus textos da *Nova Gazeta Renana*, por exemplo). Há de se apreender a diferença específica de cada formação social, ao mesmo tempo em que se percebe que esta especificidade decorre do movimento unitário do processo histórico. Ou seja, a Comuna de Paris traz especificidades do caso francês e diversos aspectos, como aqueles que mencionamos, o dos camponeses. Porém, isto se dá ao passo que estas particularidades passam a fazer parte do panorama da história mundial.

Quando trago aqui a importância do desenvolvimento do camponês francês, venho lançar luz sobre parte daqueles que dariam base à Luís Bonaparte. E a Comuna de Paris transcorre em resposta aos acontecimentos que têm como suposto o bonapartismo, que, por sua vez, advém de uma derrota retumbante da classe trabalhadora depois das revoluções – do tipo europeu, como disse – que marcam 1848. Ali a burguesia dá seus últimos suspiros ligados à democracia revolucionária. Mas o movimento é descendente, e não ascendente como aquele da Revolução Francesa. O II Império vem a se colocar depois que (nos embates entre a burguesia industrial, a aristocracia financeira e a pequena burguesia) o proletariado é reprimido brutalmente depois das jornadas de junho. O medo diante da república social, dos ateliês de trabalho de Blanqui, do direito ao trabalho etc. é muito maior do que o ímpeto democrático burguês, de modo que as lutas entre as facções burguesas levam a um mútuo equilíbrio e quase aniquilação, abrindo espaço para o movimento liderado pela mitologia napoleônica do passado, pelo reacionarismo contrarrevolucionário, e pelo oportunismo de camadas burguesas que preferem um governo de que não fazem parte, mas que mantém as bases da sociedade capitalista, a um governo em que os trabalhadores parecem ameaçar

com a espectro do socialismo.

As bases de um indivíduo tosco como Napoleão III estão na fraqueza relativa das classes sociais fundamentais da sociedade neste momento, burguesia e proletariado. Ambas estas classes perdem muito com os acontecimentos que precederam a formação do império. Os resultados das revoluções de fevereiro e de junho levam a uma situação que parecia ser inimaginável em 1848, ao golpe de Luís Bonaparte e ao II Império.

Este último, e as condições trazidas pela guerra franco-prussiana – depois das derrotas da classe trabalhadora naquele momento, mas, de acordo com nosso autor, não do socialismo ou das possibilidades de supressão da sociedade capitalista – levam à sublevação direta e ofensiva que torna possível a Comuna. A Comuna de Paris vem também do acúmulo das derrotas de 1848 – disse Marx em *Luta de classes na França* que o grito de guerra das classes trabalhadoras seria aquele segundo o qual a revolução está morta, mas que damos vivas à revolução – de modo que, como apontou Engels, as lutas de barricadas estariam ultrapassadas, embora fossem, até certo ponto, necessárias. Explico: a reforma urbana de Paris, bem como as mudanças ocorridas no exército fariam com que tais lutas, só pudessem ser defensivas. O exército, que passa a enxergar no povo não mais um semelhante, mas o inimigo interno, como algo que não contribui com a lei e a ordem. Tem-se uma cidade hostil à organização das classes populares; as grandes avenidas e a expulsão das classes trabalhadoras do centro de Paris fazem com que os populares não pudessem apoiar espontaneamente os revoltosos, em vielas, por exemplo. E, assim, diz Engels que, no limite, uma revolução socialista precisaria saber quando não trazer a sublevação. Precisaria, inclusive, aprender a buscar a criação de uma consciência comunista de massa por meios que passam pelo terreno do Direito. E, Segundo Engels, este preparo foi fundamental para que a Comuna de Paris pudesse se tornar o que foi.

Estamos, portanto, em um ponto importante: as derrotas da classe trabalhadora não necessariamente levam à sua aniquilação enquanto classe revolucionária. Diz Marx que a crítica é inerente à luta contra o modo de produção capitalista. E a autocrítica faz parte deste processo. Com isto, as classes trabalhadoras (coloco aqui a coisa no plural propositalmente), bem como os intelectuais, teriam muito a aprender com as derrotas.

A Comuna representaria este elemento em um duplo sentido: primeiramente porque ela só foi possível devido à reorganização da classe trabalhadora, que se dá após as estrondosas derrotas que mencionei acima. Mas isto também passa pela derrota da própria luta dos comunardos.

Nesta última, fica claro que houve limitações desta luta: com Blanqui preso, diz o autor de *O capital*, a Comuna ficou sem uma cabeça, sem um elemento importante de organização política (por mais que Marx não concorde com os métodos de Blanqui, ele era uma liderança importante e reconhecida pelos trabalhadores); teve-se também certa paralisia diante do banco. Ao não se apropriar do ouro para financiar a luta revolucionária e, inclusive, tomar Versalhes, haveria um erro tático fatal. Não entrarei aqui nas polêmicas do “e se isto, e se aquilo”; isto não teria sentido algum e remete a certo procedimento imaginativo, no mínimo, idealista. Porém, há de se apontar que Marx indica estas limitações da Comuna, bem como do caráter isolado desta experiência socialista. Por mais que ela tivesse consigo um ímpeto absolutamente contrário ao chauvinismo, e trouxesse um sentido internacional à luta dos trabalhadores, ela ficou isolada. E, no caso da Comuna de Paris, como em outros, isto foi fatal.

A importância deste evento, porém, está no nível mundial. Sua repercussão está nos mais diferentes autores da época (basta pensar no caráter reacionário da posição de Nietzsche). A repressão, brutal diga-se de passagem, à Comuna também traz uma dimensão mundial da luta de classes. França e Prússia, até pouco tempo atrás em guerra, unem-se para reprimir barbaramente a primeira revolução socialista bem-sucedida. E eu diria que com esta derrota, também há muito a se aprender. Isto se dá não só no que diz respeito às táticas específicas dos revolucionários, ou à organização militar. Tem-se em destaque a dimensão do caráter internacional da luta antissocialista. E ela faz com que a luta socialista precise ser sempre internacional e que os trabalhadores de todo o mundo – para que digamos com o *Manifesto* – precisem unir-se. Este texto de 1848 termina com um apelo internacionalista. E os resultados de 1871 reforçam este aspecto, de modo doloroso.

Notem: tratamos de algo que se coloca no cenário internacional, e que traz consigo a necessidade de uma luta colocada em âmbito global. Mas que só pode ser explicada ao remetermos à especificidade de cada formação social singular, bem como às posições distintas de cada nação na divisão internacional do trabalho. Por isto, digo que a Comuna traz aspectos importantes, e que servem como lições diante da derrota desta revolução. Estas lições têm um alcance de uma dimensão bastante geral. Mas é essencial que não fetichizemos a Comuna de Paris como “a ditadura do proletariado”, até mesmo porque o dimensionamento desta categoria no pensamento marxiano talvez não seja tão amplo quanto se pensou no século XX, principalmente a partir de *Estado e revolução* de Lenin. A Comuna só pode ser entendida em meio à história francesa. Mas ela está

intimamente ligada ao movimento do sistema capitalista de produção, que é internacional.

Tinta vermelha: O senhor poderia falar um pouco mais do modo pelo qual as determinações econômicas, e as leis imanentes do modo de produção capitalista, aparecem nestes textos de Marx que mencionou? Marx trata de eventos políticos que parecem ser bastante contingentes ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção, mas que possuem uma influência muito grande nos rumos deste. Isto mostraria que o essencial está na mudança das bases econômico-sociais, que a política é uma cadeia de transmissão importante disto?

Vitor Sartori: Este ponto que levantam é de grande importância. Digo isto porque Marx transita pelos acontecimentos políticos de modo bastante habilidoso, mostra que até mesmo a personalidade de cada indivíduo envolvido nos eventos que seguem em sua narrativa é essencial. Ou seja, não há qualquer mecanicismo ou reducionismo.

Pelo contrário, ao passo que nosso autor passa pelas lutas políticas e pela configuração da política francesa, ele explicita aspectos destas que são decisivas aos rumos dos acontecimentos abordados. Ou seja, a esfera política passa longe de ser um campo superestrutural deduzido mecanicamente a partir da infraestrutura econômica da sociedade. Porém, como não poderia deixar de ser, há uma correlação bastante relevante entre as formas econômicas, as figuras econômicas e a atuação política dos indivíduos e das classes sociais. Eu diria que, neste ponto específico, aparece em ato a correlação entre base material, infraestrutura econômica da sociedade, superestrutura e formas ideológicas. Digo isto porque certamente houve muitas interpretações mecanicistas acerca desta metáfora, trazida por Marx na introdução de 1859 à *Contribuição à crítica da economia política*. E precisamos sempre destacar que tal apontamento do autor alemão não traz um modelo pronto, ou um esquema a ser aplicado pelos marxistas. Ele descreve um estado das coisas, ele abstrai da realidade o funcionamento efetivo dessa. Por isso, caso queiramos apreender o real significado da correlação entre base, infra e superestrutura, podemos nos voltar às análises marxianas da realidade. E certamente perceberemos que elas são muito mais ricas que qualquer esquema retorcido trazido por aqueles que querem completar alegadas insuficiências do marxismo a partir de uma interpretação simplificada desta tradição e da obra do próprio Karl Marx.

Ao olharmos a visada de Marx aos acontecimentos que se dão na França notamos que as motivações dos artesãos, dos trabalhadores das fábricas, dos camponeses, da pequena burguesia, das diversas camadas da burguesia e do lumpemproletariado (só para que mencionemos algumas das classes sociais que aparecem no texto marxiano) não estão ligadas imediatamente à

conformação do assalariamento e da extração do mais-valor, ou seja, à conformação basilar da relação-capital. Antes, percebemos que o que mobiliza politicamente os indivíduos é o imposto sobre o vinho e o sal, os preços dos aluguéis, os juros abusivos etc. Ou seja, de imediato, nas lutas políticas – para que coloquemos as coisas em termos mais claros, nas lutas de classes – figuras econômicas como a renda, os juros, o lucro, o custo de produção, bem como as deduções estatais de diferentes parcelas do mais-valor que estão incorporadas nestas figuras por meio de impostos, parecem ser o essencial. A vida dos indivíduos da sociedade francesa é cotidianamente determinada por estes fatores. Eles parecem ter uma existência natural e inquestionável, ao passo que decorrem, em verdade, do mais-valor, produzido na esfera produtiva. Isto é importante quando olhamos a análise marxiana do caso Francês e não pode ser esquecido.

Se é verdade o que digo, em grande parte, os embates políticos cotidianos dizem respeito à distribuição das parcelas do mais-valor. Tomam, portanto, a própria existência do mais-valor e, portanto, daquilo central à conformação do modo de produção capitalista, como algo cujo questionamento está, de certo modo, fora de cogitação. E mais: isto se dá até mesmo nas camadas mais progressistas do proletariado, que, sob a bandeira da república social, já se colocavam com fortes tons socialistas e buscavam a defesa dos interesses do trabalho em oposição ao capital. Ou seja, ao mesmo tempo em que as leis imanes da produção capitalista se impõem na vida dos indivíduos, e dão determinada configuração aos juros, à renda, ao lucro, aos custos de produção, aos impostos etc., elas estão ocultas.

Dado que tais figuras econômicas operam mediante determinações políticas e jurídicas, o primeiro instinto dos indivíduos envolvidos por tais figuras é acreditar que elas decorrem, real e efetivamente, das mediações políticas e estatais e, assim, seria possível resolver os problemas da sociedade capitalista por meio do Estado, do Direito, da justiça. Não poderei tratar aqui do relevo que isto possui para a crítica marxista ao Direito; porém, faço aqui uma pequena digressão para mencionar que autores importantes como Pachukanis enfocaram pouco estes aspectos, que precisam ser estudados de modo detido.

Tal centralidade do Direito e da política caracteriza, não só a prática dos indivíduos da época, mas, aponta-se na obra magna de nosso autor, a teoria de pensadores como Prodhon também. Este autor, por sua vez, é muito criticado por Marx tanto em 1847, na *Miséria da filosofia*, quanto noutros momentos, como no livro III de *O capital*. O autor alemão procede desta maneira porque não pode se contentar com as formas de apresentação das categorias econômicas: nelas, na

medida mesma em que a política e o Direito parecem ser o decisivo, deixa-se de lado uma análise do âmago do processo de produção, em que está a produção do mais-valor. Assim, pode-se dizer que a determinação econômica aparece, na imediaticidade, ao passo que as categorias por meio das quais os indivíduos – mediados pelas classes sociais – operam decorrem da conformação do processo global de produção, cuja base está no processo imediato de produção. Ou seja, tem-se uma situação *sui generis*: na medida mesma em que parece que não se tem a economia – para que falemos com Engels – determinando em última instância, esta determinação opera. O próprio apego à política e ao Direito, assim, tem suas raízes na ligação entre as figuras fenomênicas do processo de reprodução do capital e a essência deste processo, que nos leva à oposição entre trabalho e capital.

Para que retomemos nosso tema de maneira mais direta: na Comuna de Paris, aquilo que mobiliza politicamente os indivíduos – ou seja, na luta de classes –, de imediato, não está colocado diretamente sobre a oposição que dá base à relação-capital. Mas, ao olharmos ao desenvolvimento da Comuna, notamos que seu movimento é grandioso e adquiriu uma importância muito grande no pensamento marxiano porque ele é aquele de colocar em xeque justamente o que é fundamental à reprodução do sistema capitalista de produção.

A organização política da Comuna procurou, mesmo que de modo ainda incipiente, romper com a forma de determinação econômica colocada na sociedade capitalista.

Para que entendamos isto, porém, preciso aprofundar alguns aspectos. A determinação econômica opera em meio à atividade política dos indivíduos, mesmo que, por vezes, eles não acreditem que ela esteja lá. Notamos, porém, que o conhecimento sobre as possibilidades engendradas pela própria sociedade pode levar ao questionamento daquilo que é essencial. Vê-se, assim, que a resolução dos problemas colocados à sociedade não é tanto jurídica ou política, mas econômica e social. Os atos que procuram romper com determinado modo de produção social são atos políticos; no caso da Comuna, a negatividade desta forma de atividade fica bastante clara: a política não vem para construir outra forma de Estado, que fosse capaz de resolver os problemas sociais; antes, a atuação política procura as raízes econômicas e sociais da coisa.

A luta de classes, bem como a organização política e ideológica, assim, leva os indivíduos a um desenvolvimento interessante: das figuras econômicas que pressupõem o processo capitalista de extração de mais-valor vai-se ao questionamento da própria forma de organização do trabalho e, no limite, de certa produção social como um todo. No que chegamos a outro aspecto importante

do condicionamento econômico: ele se dá na formação e na reprodução das próprias classes sociais. E elas atuam em meio às formas e figuras econômicas do modo de produção capitalista, mas a conformação específica destas classes remete de modo mais direto à especificidade nacional e, portanto, à inserção de determinado país na divisão internacional do trabalho. Trata-se da correlação entre a especificidade de cada formação social com a história mundial, que mencionamos acima.

Isto precisa ser destacado para que possamos pensar a colocação da determinação econômica nestes textos marxianos. Diz nosso autor que a posição de inferioridade da burguesia francesa diante da inglesa, bem como a atomização do campesinato francês são importantes para que possamos traçar o caminho que chega à Comuna de Paris. Como mencionamos anteriormente, a configuração da oposição entre burguesia industrial e financeira também é muito importante neste campo. Com isto esclarecido, por sua vez, é preciso remeter aos conflitos comerciais internacionais. Ou seja, tem-se o encontro concreto entre a especificidade de cada formação social com o mercado mundial. E, deste modo, há de ver que falar de desenvolvimento desigual não é só um cuidado por assim dizer “metodológico”. Implica, no limite, em passar pelo modo pelo qual estes conflitos – diante de determinadas circunstâncias – vêm a se colocar no terreno das armas, por exemplo, em uma guerra de grandes relevo e consequências como a franco-prussiana. Digo estas coisas para explicitar que o solo em que se amarra a ação política dos indivíduos é rico em determinações econômicas. A atuação dos indivíduos e das classes sociais se dá em meio a formas e figuras econômicas concretas, as quais, por sua vez, têm uma conformação específica em cada país e situação, como já destacamos.

No que é preciso que façamos um alerta: a luta política, neste sentido, pode parecer pairar no ar em alguns momentos. A política, e o Direito, podem parecer onipotentes. Mas isto ocorre somente na medida em que não são e nem podem ser. Isto, porém, passa longe de significar que a dimensão da atuação política seja uma espécie de epifenômeno das figuras e das formas econômicas. E, com isto, vê-se que as formas políticas e jurídicas que adquirem os antagonismos classistas são bastante variáveis e dependem de elementos, por assim dizer, superestruturais, como a tradição da monarquia, da república, do liberalismo, do constitucionalismo etc. Estas são diferentes figuras políticas destacadas por Marx na trama que remete às lutas políticas e às diferentes formas (mais ou menos ideias) de governo. Estas figuras, por sua vez, fornecem um solo para que as diferentes classes entrem em embate entre si e, neste ponto, vem algo relevante:

elementos contingentes como a personalidade de um indivíduo, por exemplo, podem ter uma importância muito grande na mobilização das categorias que compõem a sociedade. E aqui acredito que mesmo alguém como Engels talvez tenha deixado de apreender este movimento com o devido cuidado. Se ele destacou muito bem as determinações econômicas objetivas que marcaram o surgimento do bonapartismo, talvez tenha se equivocado ao dizer que, se não fosse Luís Bonaparte, seria outro a realizar a função deste naquele momento.

Em minha opinião, isto traz certo descuido; primeiramente, porque opera com base no “e se”, mas depois porque parece colocar a esfera política com um acoplamento muito direto com o movimento econômico. E, com isto, no limite, corre o risco de eclipsar um tema importante para a pergunta de vocês e que diz respeito ao papel do indivíduo na história.

Oras, o sobrinho do tio – como Marx chamou Luís Bonaparte certa vez – dependia da mitologia napoleônica e precisou fazer uso do nome de Napoleão Bonaparte para que se instaurasse o domínio bonapartista. Dizer isto já basta para que este aspecto singular precise ser enfatizado e não possa ser visto sem algum cuidado. Por mais que a personalidade e a alegada descendência de um indivíduo passe por elementos contingentes, no caso, a existência de um parente de Napoleão que estivesse engajado politicamente, remete-se sempre de modo mediado ao movimento das categorias econômicas do modo de produção capitalista. Ou seja, há uma ligação bastante íntima entre aquilo que é contingente e o que é necessário, entre as figuras fenomênicas e as formas essenciais do processo social; a análise marxiana sempre é uma análise de realidade porque não há simplesmente como separar estas coisas. E a narrativa de Marx, com isto, procura espelhar do modo mais aproximado possível, o ser-propriadamente-assim das relações sociais francesas e mundiais que levam à Comuna de Paris. E isto implica tanto em passar pela determinação econômica quanto por explicitar as formas políticas que se interpõem aos indivíduos e às classes sociais em determinadas circunstâncias.

Há, porém, ainda outro aspecto importante da determinação econômica que passa sobre este âmbito. O desenvolvimento do modo de produção capitalista da época já se colocava sob as bases daquilo que Marx chamou em *O capital* (no livro III) de capitalismo senil. Ou seja, não só o desenvolvimento burguês já não conseguia realizar o incremento das forças produtivas, ele faz com que elas se tornassem forças destrutivas; e mais: aquilo que foi essencial à produção capitalista em um momento, como o papel da burguesia, e do burguês individual em especial, no trabalho de supervisão, no investimento na produção, bem como na organização da ciência como uma força

produtiva deixa de ocorrer. A supervisão do processo de trabalho passa tendencialmente às mãos de trabalhadores assalariados, o investimento se dá com referência ao capital monetário colocado nos bancos ou em acionistas que nada têm a dizer sobre o funcionamento da produção, e a ciência passa a ter na produção capitalista um entrave, e não um incentivo ao seu aflorar. Assim, as leis imanentes do sistema capitalista de produção se colocam de tal maneira que o domínio burguês já é anacrônico.

Há uma separação – e mesmo uma oposição – entre as funções exercidas no desenvolvimento da produção por parte dos trabalhadores assalariados e a apropriação da riqueza a partir da propriedade privada, que se coloca em diversas camadas da burguesia. Estas determinações econômicas se colocam de tal modo que, mesmo na superfície da sociedade – na figura do capital portador de juros, por exemplo – é possível que se note que há problemas sérios com o funcionamento da economia capitalista. Mesmo o que ela diz de si mesma – por exemplo, que a riqueza advém do trabalho duro do indivíduo e que a produção evolui devido à diligência da classe burguesa – passa a ser uma mentira vista a olho nu. Aqueles aspectos que aparecem de imediato aos indivíduos e às classes sociais, geralmente, têm por solo este processo. A renda e os juros, por exemplo, são figuras econômicas em que, a partir da propriedade da terra e do dinheiro, apropriam-se parcelas do mais-valor. Ou seja, não se tem o trabalho ligado imediatamente à distribuição da riqueza, mas de modo bastante mediado e ligado ao papel da propriedade privada.

A produção do mais-valor se dá no processo imediato de produção, em que a oposição entre burguesia (geralmente) industrial e o moderno proletariado toma lugar. Mas as oposições que aparecem de imediato na sociedade capitalista dizem respeito à distribuição da riqueza, que muitas vezes passa a ser vista, a olho nu, como injusta por aqueles que trabalham mais diretamente na produção de bens de consumo e de produção. Ou seja, a percepção sobre este hiato entre trabalho e apropriação a partir da propriedade privada leva à tomada de consciência sobre aquilo que é visto como a injustiça da distribuição. Juros e renda aparecem como elementos parasitários e passam a ser as primeiras figuras do capital a ser questionadas. Como diz Marx, porém, tratar delas sem passar pela crítica ao próprio trabalho assalariado é absolutamente ilusório. E isto é essencial para o pensamento de nosso autor porque, caso se fique neste nível de aprofundamento, pode-se até mesmo desenvolver uma posição socialista, mas ela tenderá ao socialismo vulgar, como aquilo que, diz-se em *O capital*, ocorre no proudhonismo. E, assim, seria preciso ir além deste patamar para que se questione realmente as coisas.

No que voltamos novamente ao elemento, por assim dizer, contingente, agora, mais direcionado ao nível ideológico: Marx sempre destacou que seria preciso formar uma consciência comunista de massa. Este aspecto, por sua vez, encontra-se amparado na própria realidade; o comunismo não é um princípio ou uma ideia a ser realizada. Mas depende também do papel ativo dos intelectuais, como os próprios Marx e Engels. Ou seja, essa consciência, e mesmo o papel dos líderes que fornecessem mais uma cabeça ao movimento dos trabalhadores poderiam ser de grande relevo. Como já dissemos, isto ocorre com Blanqui, que poderia ter um papel importante na Comuna. O papel dos líderes e dos indivíduos, da política colocada na luta de classes, bem como das formas ideológicas pelas quais os indivíduos tomam consciência das contradições sociais têm seu solo nas relações econômicas. Estas últimas, por sua vez, remetem às relações e oposições entre formas econômicas como mercadoria, dinheiro e capital e a diversas figuras econômicas como juros, renda, lucro, taxa de lucro, ganho empresarial, preço de custo etc. E as classes sociais entram em conflito na sociedade civil-burguesa, que é o *locus* em que são efetivas estas categorias, que conformam a anatomia da mencionada sociedade. Pelo que digo, portanto, na obra marxiana, a crítica da economia política está presente no tratamento dos acontecimentos políticos que tratamos. Isto se dá mesmo quando se está analisando elementos da esfera política que são contingentes e levam à conformação *sui generis* de indivíduos concretos, como Napoleão, Tiers, Blanqui, Proudhon, por exemplo.

No que se chega a um assunto essencial e que não deixa de passar pelo que dissemos: Marx recrimina a paralisia diante do banco na Comuna, como sabemos. A orientação proudhoniana de muitos por lá teria sido, até certo ponto, decisiva. E, deste modo, podemos dizer que as limitações na atuação política dependem também de modos específicos de compreensão da realidade econômica. Uma transição para além do modo de produção capitalista em direção ao modo de produção associado (expressão que Marx usa no livro III de *O capital*) certamente implica no papel ativo da política para que se possa minar as próprias bases materiais da reprodução do capital. E, com isto, há de se perceber: está-se, durante o período de transição, sob bases problemáticas – no estrito horizonte do Direito burguês, por exemplo, para que se use a dicção da *Crítica ao programa de Gotha*. E isto precisa ser dito porque estas são as únicas bases das quais se pode partir (e que se colocam de maneira bastante diferente em cada formação social); a construção de outra forma social implica, de um lado, na modificação substancial das categorias da própria sociedade capitalista (já tratamos disso acima ao remeter à conformação de um capitalismo senil),

doutro lado, traz consigo a práxis revolucionária. E esta última precisa do melhor entendimento possível sobre o ser-propriadamente-assim da formação social sobre a qual atua e das leis imanentes do sistema capitalista. Marx busca justamente a explicitação destas leis em *O capital*. Para ler de modo preciso os seus escritos sobre a história francesa, e em especial sobre a Comuna, é preciso ler os escritos em que nosso autor desenvolve sua crítica à economia política. Até aonde sei, acredito que isto ainda precise ser estudado com mais cuidado entre nós, no Brasil.

Para que eu possa retomar aspectos que trouxe no começo de nossa conversa, gostaria de dizer que, segundo Marx, a revolução social da Rússia seria muito diferente daquela francesa, colocada na Comuna. Uma revolução na Alemanha e na Inglaterra precisariam ser igualmente distintas. Isto se dá porque a conformação de cada formação social possui algo de único (ao mesmo tempo em que elas se relacionam na reprodução ampliada do capital). Tanto as formas econômicas quanto as formas políticas e jurídicas são diferentes. E esta diferença específica é essencial para Marx. No que gostaria de trazer um último elemento relacionado a isto: já dissemos que a configuração do campesinato jogou um papel elevado no desenvolvimento das condições que levam à comuna. Mas, se formos olhar para as classes trabalhadoras na França, notamos que – também devido à oposição entre propriedade e função na produção que se desenvolve no capitalismo senil, mas ligado à certa herança artesanal – a busca pelo direito ao trabalho exerceu uma função importante na organização política da luta de classes. Ou seja, há certa tendência a se colocar a luta classista em um terreno do Direito bastante diferente daquele da burguesia. Mas, ainda assim, um terreno do Direito. Tratar-se-ia, segundo Marx, de um modo desajeitado de reivindicar os interesses do moderno proletariado (um modo bastante condizente com o proudhonismo na França e com Lassale na Alemanha); no entanto, mesmo assim, os interesses proletários foram levados à tona, e foram derrotados em 1848, sob esta palavra de ordem. Não poderei tratar dos detalhes e das tensões que envolvem o assunto, que também acredito ser de grande relevo no entendimento do pensamento marxiano. Porém, gostaria de pontuar que, sob estas circunstâncias, e com esta formação política, a Comuna aprende com as derrotas do passado: põe-se como uma revolução contra o Estado. Trata-se de um aprendizado das classes trabalhadoras, de algo doloroso, e que veio com as derrotas estrondosas que foram sofridas; mas que, do ponto de vista da organização dos indivíduos associados de uma classe, não foi em vão.

E, se é verdade o que digo, a temática da supressão do Estado, que é central a Marx, em oposição a Lassale e Proudhon, tem um grau de universalidade grande. As revoluções socialistas

do século XIX precisariam se colocar contra o Estado. Porém, isto não ocorreria do mesmo modo e nem poderia elevar a Comuna de Paris ao patamar de uma exemplificação do conceito de ditadura do proletariado. Na França, a organização dos trabalhadores em armas partiu da dissolução do exército; na Rússia, por outro lado, a organização do trabalho e das deliberações passava pela comuna rural. Na França, o Direito e o Estado tiveram um papel essencial tanto nas derrotas quanto na mobilização das classes trabalhadoras (na palavra de ordem do direito ao trabalho, por exemplo). Na Rússia, porém, a coisa aparece de modo absolutamente distinto. Tais elementos, para que se use a dicção que trouxeram, até certo ponto, são contingências do processo histórico. Mas elas possuem uma influência decisiva e dizem respeito à necessidade de se apreender a diferença específica tanto no que diz respeito à formação econômica das sociedades quanto ao se olhar às formas jurídicas e políticas que são efetivas nestas. Marx sempre realiza análises da própria realidade e este modo de proceder é essencial a todo aquele que pretende seguir o seu legado. Esta atenção à diferença específica, bem como a correlação entre as formas econômicas essenciais e as distintas formas políticas e jurídicas, levam nosso autor a uma análise que busca explicitar as determinações da matéria com todo o cuidado para que, somente então, e exposição tome lugar.

Data do envio: 29 de março de 2021

Data do aceite: 30 de março de 2021

Data da publicação em ahead of print: 14 de abril de 2021

Como citar:

SARTORI, Vitor Bartoletti, Tinta vermelha entrevista Vitor Sartori: sobre a Comuna de Paris e a questão da especificidade nacional no pensamento de Karl Marx. Entrevistadores: Ana Carolina Marra de Andrade, Gabriel Andrade Perdigão, Gabriel Müller de Jesus Pinheiro Machado, Lucas de Oliveira Maciel, Júlio César Villela da Motta Filho, Rodrigo Matarelli Pereira Righi Marco. **Revista Científica Foz**, São Mateus, Espírito Santo, v.3 n.2, p. 187-202, ago/dez, 2020. Disponível em: _____. Acesso em: _____.